

Opressão e resistência no pensamento feminista negro: a teoria social crítica de Patricia Hill Collins

Oppression and resistance in black feminist thought: the critical social theory of Patricia Hill Collins

Opresión y resistencia en el pensamiento feminista negro: la teoría social crítica de Patricia Hill Collins

**Nathalie
BRESSIANI**

nathalie.bressiani@ufabc.edu.br

Professora de Filosofia na Universidade Federal do ABC (UFABC)

**Rúrion
MELO**

rurion@usp.br

Professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP)

23

Este artigo tem o intuito de apresentar como Patricia Hill Collins desenvolve uma compreensão interseccional da relação entre opressão e resistência com base nas experiências de mulheres negras. Para isso, o texto foi dividido em três partes; na primeira, procuraremos mostrar porque Collins considera o pensamento feminista negro como uma teoria social crítica, e porque, ao partir da perspectiva de outsider interna das mulheres negras, esse pensamento se encontra em uma posição privilegiada para compreender os fenômenos interseccionais de opressão e resistência (I). Na segunda parte, apresentamos a compreensão interseccional de opressão desenvolvida por Collins e analisamos o que a autora entende por “matriz de dominação”, a saber, os quatro diferentes domínios nos quais as formas interseccionais de opressão atuam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal (II). Partindo, por fim, do pressuposto fundamental de que uma teoria social crítica tem de atentar para as tendências realmente existentes de superação prática das injustiças sociais, na terceira parte do artigo, analisaremos a relação dialética que Collins estabelece entre opressão e resistência a partir dos processos no interior dos quais as mulheres negras produzem autodefinições e formas individuais e coletivas de luta por justiça social. Argumentaremos que a relação dialética entre opressão sofrida e ativismo exercido é central à teoria social crítica de Collins e está na base de sua análise sobre as diferentes práticas de resistência de mulheres negras contra a opressão em cada um dos quatro domínios da matriz de dominação (III).

Palavras-Chave: Opressão; resistência; pensamento feminista negro

In this paper, we aim to analyse how Patricia Hill Collins develops an intersectional understanding of the relationship between oppression and resistance based on the experiences of black women. To do this, the paper was divided into three parts. First, we explain why Collins claims that the black feminist thought is a critical social theory, and why this thought is in a privileged position to understand the intersectional phenomena of oppression and resistance, once it departs from the outsider within perspective of black women (I). In the second part, we present the intersectional understanding of oppression developed by Collins and analyze what she understands by “matrix of domination”, namely, the four different domains in which intersectional forms of oppression operate: the structural, the disciplinary, the hegemonic and the interpersonal (II). Finally, starting from the fundamental assumption that a critical social theory must pay attention to the actually existing tendencies to overcome social injustices in practice, we analyze the dialectical relationship Collins establishes between oppression and resistance drawing on the processes through which black women produce self-definitions as well as individual and collective forms of struggle for social justice. Our argument is that the dialectical relationship between suffered oppression and activism is central to Collins' critical social theory and corresponds to the basis of her analysis of the different practices of black women's resistance against oppression in the four domains of the matrix of domination (III).

Keywords: oppression; resistance; black feminist thought

Este artículo tiene como objetivo presentar cómo Patricia Hill Collins desarrolla una comprensión interseccional de la relación entre opresión y resistencia a partir de las experiencias de las mujeres negras. Para hacer esto, el texto se dividió en tres partes. En la primera, buscaremos mostrar por qué Collins considera el pensamiento feminista negro como una teoría social crítica, y por qué, al partir de la perspectiva de outsider interna de las mujeres negras, este pensamiento se encuentra en una posición privilegiada para comprender los fenómenos interseccionales de la opresión y resistencia (I). En la segunda parte, presentamos la comprensión interseccional de la opresión desarrollada por Collins y analizamos lo que la autora entiende por “matriz de dominación”, es decir, los cuatro dominios en que operan las formas interseccionales de opresión: lo estructural, lo disciplinar, lo hegemónico e interpersonal (II). Finalmente, partiendo del supuesto fundamental de que una teoría social crítica debe prestar atención a las tendencias realmente existentes para superar prácticamente las injusticias sociales, en la tercera parte del artículo analizaremos la relación dialéctica que Collins establece entre opresión y resistencia a partir de los procesos dentro de los cuales las mujeres negras producen autodefiniciones y formas individuales y colectivas de lucha por la justicia social. Argumentaremos que la relación dialéctica entre la opresión sufrida y el activismo ejercido es central para la teoría social crítica de Collins y es la base de su análisis de las diferentes prácticas de resistencia de las mujeres negras contra la opresión en cada uno de los cuatro dominios de la matriz de dominación (III).

Palabras clave: opresión; resistencia; pensamiento feminista negro

Introdução

A opressão contra mulheres negras desencadeou, ao longo da história, importantes movimentos de resistência e lutas contra injustiças sociais. Esse fenômeno explicita, por um lado, a existência de relações estruturais de opressão que afetam a vida de mulheres negras em diferentes regiões do mundo, relações que estão vinculadas a problemas sociais que extrapolam as dimensões de raça e gênero, incluindo também classe, sexualidade, idade, capacidade (vinculada ao preconceito contra pessoas com diferentes formas de deficiência – o capacitismo), nacionalidade e outros sistemas de opressão. Por outro lado, ele também explicita o vínculo da opressão, com experiências e práticas políticas de resistência. Esses vínculos parecem impor ao menos duas tarefas bastante exigentes a uma teoria social crítica compromissada com a justiça social. Cabe a ela, em primeiro lugar, produzir um diagnóstico amplo acerca das várias e complexas dimensões do poder e da dominação nas sociedades realmente existentes, considerando as experiências de opressão vivenciadas pelas mulheres negras. Em segundo lugar, cabe a ela descobrir quais formas de resistência e de luta são engendradas por essas mesmas experiências, partindo do pressuposto de que a justiça social não poderá ser efetivada se o propósito da superação da opressão não estiver inscrito nas próprias práticas e saberes das mulheres negras em sua vida cotidiana e em seus laços de sociabilidade.

Este artigo tem o intuito de apresentar

como Patricia Hill Collins desenvolve uma compreensão interseccional da relação entre dominação e resistência com base nas experiências de mulheres negras. Para isso, o texto foi dividido em três partes; na primeira, procuraremos mostrar porque Collins considera o pensamento feminista negro como uma teoria social crítica, e porque, ao partir da perspectiva de outsider interna das mulheres negras, esse pensamento se encontra em uma posição privilegiada para compreender os fenômenos interseccionais de opressão e de resistência (I). Na segunda parte, apresentamos a compreensão interseccional de opressão desenvolvida por Collins e analisamos o que a autora entende por “matriz de dominação”, a saber, os quatro diferentes domínios nos quais as formas interseccionais de opressão atuam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal (II). Partindo, por fim, do pressuposto fundamental de que uma teoria social crítica tem de atentar para as tendências realmente existentes de superação prática das injustiças sociais, na terceira parte do artigo, analisaremos a relação dialética que Collins estabelece entre dominação e resistência a partir dos processos no interior dos quais as mulheres negras produzem autodefinições e formas individuais e coletivas de luta por justiça social. Argumentaremos que a relação “dialética entre opressão sofrida e ativismo exercido” (Collins, 2019, p. 63) é central à teoria social crítica de Collins e está na base de sua análise sobre as diferentes práticas de resistência de mulheres negras contra a opressão em cada um dos quatro domínios da matriz de dominação (III).

I

Patricia Hill Collins dá início ao seu livro, *Pensamento feminista negro*, com o relato de Maria Stewart, uma intelectual negra que, depois de ter se tornado órfã aos cinco anos de idade, foi entregue aos serviços da família de um clérigo para trabalhar como empregada doméstica. No relato, que teria sido escrito em 1831, Stewart se pergunta: “até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro?” (Collins, 2019, p. 29). A importância do relato de Stewart para os propósitos de Collins não se restringe, porém, à pertinência da questão formulada por ela já na primeira metade do século XIX. O talento e o pensamento de Stewart não foram propriamente soterrados. Mesmo que de modo fragmentado e em condições precárias, Stewart escreveu textos nos quais analisa a natureza e as causas da opressão das mulheres negras, e propõe estratégias para resistir a ela. Ao citar Stewart, portanto, o objetivo de Collins não parece ser o de defender que os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras cercearam sua capacidade de resistência e de pensamento. Trata-se, antes, de mostrar que, apesar desses obstáculos – na verdade, em resposta a eles –, as mulheres negras produziram conhecimento sobre sua situação de opressão e forjaram modos de resistir ativamente a ela.

Para Collins, o lugar específico ocupado pelas mulheres negras proporciona a elas uma perspectiva diversa e privilegiada so-

bre a realidade social. O fato de que mulheres negras trabalharam por muito tempo nas casas de famílias brancas (não só desempenhando serviços domésticos, mas também ouvindo os segredos, compartilhando conselhos, e criando os seus filhos de seus patrões), as colocou na posição de outsiders internas dessas famílias. Sua posição interna permitiu a elas ouvir relatos e observar cenas familiares, como se fossem de dentro; ao mesmo tempo, como não pertenciam a elas, mantinham uma certa distância diante do que viam, permanecendo como outsiders. Essa mesma posição de pertencimento e distanciamento se repete, ainda que de outros modos, na relação que as mulheres negras estabelecem com outros grupos, como o de homens negros. Ao mesmo tempo em que compartilham com eles diversos aspectos de suas vidas no interior de suas comunidades, as experiências das mulheres negras não se confundem com as deles, algo que se repete em suas interseções com outros grupos.

Para Collins, essa posição de outsider interna teria permitido que as mulheres negras enxergassem padrões interseccionais de opressão social e forjassem formas de resistência que não estão disponíveis nem àqueles que são membros do grupo, nem àqueles que estão inteiramente fora dele. É, nesse sentido, que ela reitera a importância sociológica do pensamento feminista negro e a de outros grupos marginalizados. Como afirma ela:

Como outsiders internas, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de

intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um status de outsider interna ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas (Collins, 2016, p. 101).

Partindo de suas experiências, enquanto outsiders internas, as mulheres negras produziram um corpo de saberes voltado à compreensão das injustiças interseccionais que sofrem. Elas elaboraram um conhecimento, um pensamento feminista negro, cujo intuito é elucidar as razões sociais de seu silenciamento, exclusão e sofrimento.

Tal conhecimento sobre a sociedade, porém, não possui apenas uma dimensão teórica, ainda que esta seja crucial para a autocompreensão ou, mais precisamente, para a “autodefinição” almejada pelo pensamento feminista negro¹. Collins também sublinha que, para as mulheres negras, a teoria tem um propósito prático específico, o “propósito do pensamento coletivo das mulheres negras”, que consiste fundamentalmente em produzir “um pensamento social concebido para se opor à opressão” (Collins, 2019, p. 42). Em outros termos, o conhecimento coletivo produzido por mu-

lheres negras, que é gestado com base em experiências cotidianas, estruturais e institucionais de injustiça, tem o propósito de superar, em termos práticos, as injustiças sofridas. Por essa razão, Collins afirma que, “a identidade do pensamento feminista negro como teoria social ‘crítica’ reside em seu compromisso com a justiça” (Collins, 2019, p. 43)².

Não é fortuito, assim, que o projeto de Collins não objetive compreender as formas interseccionais de opressão que incidem sobre as mulheres negras partindo de uma análise externa – ou, por assim dizer, neutra – em relação às experiências dessas mulheres. Para ela, só podemos compreender as formas interseccionais de opressão que as mulheres negras enfrentam se partirmos de um resgate do próprio pensamento feminista negro. Além disso, também não é fortuito que, ao formular uma teoria social crítica a partir desse resgate, Collins tenha, no horizonte, o intuito de incentivar a voz e a produção de conhecimento das mulheres negras e dos grupos historicamente oprimidos. O objetivo é resgatar o pensamento feminista negro, mas que foi apagado da história oficial, enquanto teoria social crítica.

Antes de iniciar o resgate desse pensamento, porém, é importante explicitar o

¹ Para Collins (2019), “autodefinição” é o poder de dar nome à própria realidade, mais precisamente, o poder de ‘definir nossas realidades em nossos próprios termos’ (p. 434).

² Em outra formulação, cuja articulação conceitual ainda será analisada no presente texto: “Como teoria social crítica, o pensamento feminista negro visa empoderar as afro-americanas em um contexto de injustiça social sustentado por opressões interseccionais. Na medida em que as mulheres negras não podem ser plenamente empoderadas a menos que as opressões interseccionais sejam eliminadas, o pensamento feminista negro apoia princípios amplos de justiça social” (Collins, 2019, p. 63).

que significa falar em pensamento feminista negro no singular, afinal, uma vez que o campo de experiências vivido por mulheres negras oprimidas é diverso, é preciso explicitar em que medida é possível preservar a diversidade das categorias de “mulher negra” ou de “pensamento feminista negro” sem reduzi-las a uma unidade essencialmente comum. Para Collins, aquilo que nos permite falar hoje de um pensamento feminista negro é o fato de que as mulheres negras sofrem formas similares – ainda que não idênticas – de opressão, o que acaba por fazer com que elas desenvolvam perspectivas similares, um conjunto compartilhado de saberes.

Reconstruir o pensamento feminista negro não implica, assim, uma homogeneização da experiência de opressão ou a pressuposição de uma identidade unívoca da mulher negra. Trata-se, antes, do resgate de um ponto de vista que tem elementos comuns – mesmo que não homogêneos – e que tende a ser sistematicamente silenciado. Como afirma ela:

[...] não existe um ponto de vista homogêneo da mulher negra. Não existe uma mulher negra essencial ou arquetípica cujas experiências sejam típicas, normativas e, portanto, autênticas. Um entendimento essencialista do ponto de vista da mulher negra suprime as diferenças entre as mulheres negras em busca de uma unidade de grupo enganosa. Em vez disso, pode ser mais correto dizer que existe um ponto de vista coletivo das mulheres negras, caracterizado pelas tensões geradas por respostas diferentes a desafios comuns. Ao reconhecer e buscar incorporar essa heterogeneidade na elaboração dos saberes de resistên-

cia das mulheres negras, esse ponto de vista renuncia ao essencialismo em favor da democracia. Uma vez que o pensamento feminista negro tanto surge no interior de um ponto de vista das mulheres negras como grupo quanto visa articulá-lo com as experiências associadas às opressões interseccionais que elas sofrem, é importante ressaltar a composição heterogênea desse ponto de vista do grupo (Collins, 2019, p. 73).

Em outras palavras, se, por um lado, falar em pensamento feminista negro no singular não implica pressupor sua homogeneidade, por outro lado, o reconhecimento da heterogeneidade do ponto de vista das mulheres negras também não implica negar que ele contém um corpo comum de saberes, que contém um diagnóstico sobre as formas estruturais de opressão e potenciais práticos de transformação. É por isso que, para Collins, embora precisemos ter cuidado para não essencializar ou simplificar as experiências das mulheres negras, é importante reconstruí-las e reiterar seu potencial de conhecimento e de transformação sociais. Somente por meio dessa estratégia seria possível identificar quais são os vários sistemas de opressão que afetam as diversas mulheres negras em sentido específico às suas experiências. Um conhecimento que é necessário para que elas produzam uma perspectiva compartilhada acerca dos modos de combatê-los.

II

Ora, mas quais são, afinal, as formas de opressão social a que mulheres negras estão sujeitas? E quais são as contribuições

que o pensamento feminista negro traz à compreensão dos fenômenos de injustiça em geral, considerando não apenas o racismo e o sexismo, mas também outras opressões e formas de violência interseccionais? Como a “interseccionalidade” amplia nossa compreensão acerca das experiências das mulheres negras? Quais são os desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras em sua luta feminista, bem como seus potenciais de transformação social? Como a interseccionalidade pode ajudar a abordar esses desafios e potenciais de maneira mais apropriada?

“Opressão”, escreve Collins,

é um termo que descreve qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade. Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, são as principais formas de opressão” (Collins, 2019, p. 33).

“A ideia de interseccionalidade”, por sua vez, é descrita pela autora como se referindo

“a formas particulares de opressão interseccional, por exemplo, intersecções entre raça e gênero, ou entre sexualidade e nação. Os paradigmas interseccionais nos lembram que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas

de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (Collins, 2019, p. 57)³.

Considerar a opressão da perspectiva da interseccionalidade permite a Collins uma compreensão mais complexa e sistemática acerca da organização e do funcionamento do poder. Em primeiro lugar, a interseccionalidade propicia ver que “as formas de opressão mudam constantemente” (Collins, 2019, p. 435). Em segundo lugar, ela nos mostra que essas formas de opressão configuram as experiências negativas das mulheres negras de modo diverso⁴. As mulheres negras são afetadas por formas diversas de injustiça porque estão posicionadas na intersecção de diferentes sistemas de opressão – sistemas de gênero, de raça, de classe social, de etnia, de nação, de idade, de religião etc. Além disso, dependendo do contexto, a posição da mulher negra em relação a tais opressões interseccionais se altera:

O gênero de uma mulher pode sobressair quando ela se torna mãe; a raça, quando ela procura moradia; a classe social, quando ela tenta obter crédito; a orientação sexual, quando ela anda na rua com uma companheira; e a origem nacional, quando ela se candidata a um emprego” (Collins, 2019, p. 435).

³ Não será possível, no espaço deste artigo, introduzir o já amplo e rico debate em torno do conceito de “interseccionalidade”. A nosso ver, Collins adota o conceito em todas as dimensões de seu trabalho, chamando especial atenção para o caráter interseccional ou sobreposto das relações de opressão social. Para um balanço exaustivo da bibliografia e visão de conjunto acerca da discussão mais atual do conceito, cf. Collins, Bilge (2021) e Carastathis (2016). Para o projeto de Collins de pensar a interseccionalidade como teoria social crítica, cf. Collins (2022).

É central, portanto, o modo como a interseccionalidade amplia, enriquece e complexifica nosso conhecimento sobre as experiências de opressão das mulheres negras, propiciando “uma compreensão mais robusta da experiência no âmbito da interseccionalidade” (Collins, 2022, p. 223).

A interseccionalidade não é, porém, o único conceito empregado por Collins para examinar como a opressão afeta mulheres negras. De acordo com ela, quando formas sistemáticas de opressão produzem uma organização hierárquica do poder em uma sociedade, é possível identificar o surgimento do que ela denomina “matriz de dominação”. Tal matriz se refere ao modo como as diferentes formas interseccionais de opressão podem ser identificadas e analisadas em vários domínios sociais diferentes: “domínios de poder estruturais, disciplinares, hegemônicos e interpessoais reaparecem em formas bastante diferentes de opressão” (Collins, 2019, p. 57). O que Collins tem aqui em vista são os diferentes domínios de poder nos quais as formas interseccionais de opressão atuam: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal. Cada domínio de poder compre um propósito específico: “O domínio estrutural organiza a opressão, enquanto o disciplinar a administra. O domínio hegemônico justifica a opressão, e o interpessoal

influencia a experiência cotidiana e a consciência individual dela decorrente” (Collins, 2019, p. 437). Nessa segunda seção, procuremos ver mais de perto o que estaria em jogo em cada um desses domínios.

Collins ressalta que o poder se organiza em diferentes domínios da sociedade, perpassando desde relações informais de interação cotidiana e de convivialidade até instituições e estruturas socialmente cristalizadas de desrespeito, desigualdade e exclusão, por onde as formas interseccionais de opressão se reproduzem. O mais amplo e duradouro domínio é o “estrutural”, com implicações generalizadas sobre a subordinação e a exclusão estrutural de mulheres negras ao longo do tempo. Estão incluídos aí o sistema jurídico, o mercado de trabalho, as instituições de ensino, o setor mobiliário, o setor bancário, a imprensa, entre outros. São instituições que configuram múltiplas formas de segregação e estão organizadas com a finalidade tanto de produzir quanto de reproduzir as opressões sociais⁵. Trata-se, aqui, de um conjunto de instituições que gera formas persistentes e estruturais de opressão. Como exemplo, Collins mostra como a “persistente exclusão das mulheres negras das melhores condições de emprego, ensino, assistência médica e moradia ilustra a ampla gama de políticas sociais destinadas a privá-las do direito pleno

⁴ Em terceiro lugar, como veremos na próxima seção, a interseccionalidade contribui também para enriquecer a perspectiva da agência das mulheres negras e as diferentes formas de resistência à opressão. Assim, se formas de opressão se alteram, igualmente se modificam atitudes e estratégias de ação das mulheres negras quando se trata de superar situações de injustiça.

de cidadania” (Collins, 2019, p. 438).

Além de organizar discriminadamente as instituições para a reprodução da subordinação das mulheres negras, para Collins, essas instituições também oprimem mulheres negras em função de seu modo de funcionamento e de seus procedimentos internos. Collins se refere, aqui, ao fato de que essas instituições são reguladas de modo burocrático, e buscam assegurar a conformidade das mulheres negras ao papel de meras destinatárias ou, quando é o caso, de meras funcionárias das instituições sociais. Esse modo de operar, porém, bloqueia de antemão o comportamento autodeterminado, a comunicação e a negociação reflexivas, e visa controlar sistematicamente as ações de suas subordinadas. A estrutura burocrática das instituições consiste, para Collins, em um dos aspectos mais importantes para entendermos de que maneira o poder pressupõe disciplinamento e passa pelas formas administrativas de controle da vida, em especial a “vigilância”⁵.

No caso do domínio disciplinar do poder, reforça Collins, o que está em jogo não são “políticas sociais explicitamente racistas ou sexistas”, mas uma determinada forma de governar que é “baseada em hierarquias burocráticas e técnicas de vi-

gilância” (Collins, 2019, p. 443). A estrutura burocrática vigia e controla os cidadãos de perto, desde dentro, e opera de modo funcionalista e sempre altamente hierarquizada. Ao fazer isso, ela alcança seu objetivo de “formar populações de mulheres negras pacíficas, organizadas, dóceis e disciplinadas” (Collins, 2019, p. 443).

Para Collins, porém, esses dois domínios não são ainda suficientes para explicar o motivo pelo qual, em muitos casos, as pessoas (incluindo as que são diretamente afetadas pela opressão) aceitam como justificado o modo como as opressões interseccionais são socialmente organizadas. Para isso, ainda é preciso compreender de que maneira o racismo ou o sexismo se “naturaliza” aos olhos de indivíduos e grupos. Em outras palavras, é preciso entender de que modo o poder hegemônico introjeta ideias e estereótipos na cultura pública de fundo para atender à necessidade da reprodução da dominação.

Voltando-se à formação da consciência, esse domínio abrange a ideologia e a cultura. O domínio hegemônico exerce uma função transversal diante dos outros domínios, criando uma espécie de “liga” que visa assegurar a manutenção de um sistema popular de ideias típicas do senso comum que

⁵ Collins remete, entre outros exemplos, especialmente à doutrina “separados, mas iguais”, estabelecida com a decisão do caso *Plessy vs. Ferguson*, em 1896, quando o Supremo Tribunal reafirmou e instaurou em termos jurídicos a constitucionalidade da segregação racial nos Estados Unidos. Esse caso se refere ao período Jim Crow, iniciado em 1877, após o fim da Guerra Civil no país (1865), quando se aplicaram leis abertamente segregacionistas, e se encerra em 1964, com a promulgação da Lei dos Direitos Civis, instituída depois que movimentos negros pelos direitos civis desafiaram a ordem social racista existente.

⁶ A referência de Collins para formular o domínio disciplinar não poderia deixar de ser Foucault (2014).

geram opressão racial, de gênero, sexual etc., e perpetuam hierarquias naturalizadas (ou seja, tomadas como se fossem naturais) de poder. Como afirma Collins (2019, p. 448), “ao manipular a ideologia e a cultura, o domínio hegemônico atua como um elo entre as instituições sociais (o domínio estrutural), suas práticas organizacionais (o domínio disciplinar) e a interação social cotidiana (o domínio interpessoal)”.

O que está em jogo, nesse caso, é a circulação e a aceitação de ideias sobre a condição da mulher negra que acabam justificando socialmente que elas sejam tratadas de modo opressivo, violento e injusto. Em geral, essa circulação precisa produzir e reproduzir ideologias racistas e sexistas através de meios de comunicação na esfera pública (jornais, revistas, música, cinema, televisão, publicidade etc.), pois “as ideologias racistas e sexistas, quando desacreditadas, perdem seu impacto” (Collins, 2019, p. 449). Ao fazerem isso, elas acabam naturalizando e cristalizando ideias sobre a condição da mulher negra no que Collins chama de “imagens de controle”, voltadas à dimensão ideológica da opressão. Collins afirma que “uma característica importante do domínio hegemônico do poder consiste na necessidade de remodelar continuamente as imagens, a fim de sustentar a matriz de dominação” (Collins, 2019, p. 449). Isso possibilita que as ideologias sejam consideradas naturais e, no geral, se perpetuem como estereótipos negativos, hegemônicos, que oprimem as mulheres negras na cultura pública.

Por fim, temos o domínio interpessoal do poder, que também possui alastramen-

to nos outros domínios. O que está aqui em causa é o modo como o racismo, o sexismo e outras formas de opressão se presentificam em interações cotidianas que se efetuem em esferas sociais privadas e/ou públicas de convivência e proximidade. Como afirma Collins, o

domínio interpessoal funciona por meio de práticas rotineiras e cotidianas que dizem respeito ao modo como as pessoas tratam umas às outras (por exemplo, o nível micro da organização social). Tais práticas são sistemáticas, recorrentes e tão familiares que muitas vezes passam despercebidas” (Collins, 2019, p. 453)

Esse “nível micro” da opressão se reproduz em tratamentos racistas e sexistas que ocorrem em espaços interpessoais que, em princípio, são considerados como seguros para as mulheres negras. Segundo Collins, é precisamente nesses espaços habituais de convivialidade (na escola, no mercado, na universidade, no trabalho, na praça pública, na academia, mas que também podem ser marcados por relações de intimidade e de amizade na esfera privada e doméstica), que certas palavras, comentários, “brincadeiras”, gestos ou comportamentos recorrentes manifestam, de modo supostamente velado, diferentes formas de desrespeito e violência existentes.

Partindo do pensamento feminista negro e sistematizando sua compreensão sobre as diferentes formas de opressão experienciadas pelas mulheres negras, Collins nos apresenta, então, tanto uma compreensão interseccional da opressão como uma compreensão das quatro dimensões nas quais

ela opera. Sua teoria social crítica, porém, não se esgota com a realização dessa tarefa. Collins não busca apenas compreender como as diferentes formas interseccionais de opressão operam na realidade social e se organizam nesses diferentes domínios. Para ela, também é fundamental que a teoria ajude a orientar, em termos práticos, possibilidades de resistência e de luta geradas em tais domínios, mesmo que o poder molde nossas instituições e formas de vida em grandes dimensões. Como nos lembra, a “existência do pensamento feminista negro sugere que sempre existe escolha e poder para agir, não importa quão desoladora pareça a situação” (Collins, 2019, p. 456). Para cada domínio do poder, é preciso conhecer também os respectivos modos imanes de resistência, as possibilidades existentes de resistir “a partir de dentro”. Tendo isso em vista, passamos agora à análise da dialética que Collins identifica entre as opressões interseccionais e as formas de resistência e de luta ativamente levadas a cabo pelas mulheres negras.

III

Se o objetivo mais amplo do pensamento feminista negro é resistir à opressão, uma tarefa crucial da teoria social crítica consiste em diagnosticar não apenas os sistemas interseccionais de opressão, mas também os potenciais de resistência e de luta das mulheres negras. A dialética de dominação e resistência, conforme concebida por Collins, requer que essas duas tarefas estejam interligadas. As prá-

ticas de resistência devem ser pensadas a partir da complexidade das experiências de opressão das mulheres negras, como o racismo, o sexismo, a classe social entre outros. “Ao adotar um paradigma de opressões interseccionais”, diz Collins, e levar “em conta a agência individual e coletiva das mulheres negras, inerente a tais opressões, o pensamento feminista negro reconceitua as relações de dominação e resistência” (2019, p. 433-434). A ênfase nessa possibilidade de identificar elementos de resistência que poderiam emergir de dentro de contextos de opressão recai precisamente na análise crítica dessas interseções e na compreensão das maneiras como elas se manifestam na vida das mulheres negras. Ela argumenta que, ao reconhecerem essas interseções, as mulheres negras podem desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar essas opressões de maneira integrada.

Collins entende esse fenômeno de resistência como o resultado de uma relação dialética entre dominação e resistência, ou opressão e ativismo. Segundo ela, a experiência da opressão enseja, naqueles que a vivenciam, formas de resistência que combinam dimensões práticas e teóricas. Trata-se do esforço individual e coletivo dos oprimidos para compreender e combater a opressão. Para Collins, é isso o que ocorre com as mulheres negras que, mesmo em condições precárias e fragmentadas, teriam desenvolvido formas práticas e teóricas de resistência. Collins é ciente de que falar sobre as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres negras pode

parecer esmagador e desafiador, no entanto, sua abordagem também destaca a capacidade de resistência e empoderamento das mulheres negras.

A partir da ênfase no caráter dialético da relação entre opressão e resistência, a dialética da opressão busca explicitar a capacidade das próprias mulheres negras de entender melhor suas experiências e de lutar por mudanças sociais que abordem essas interseções de opressão de maneira mais completa e eficaz. Implica dar espaço à agência individual e coletiva das mulheres negras mesmo em condições opressivas, pois “a ideia de relação dialética sugere que as mudanças são consequência da agência humana” (Collins, 2019, p. 434). Para Collins, “enquanto as mulheres negras forem oprimidas, persistirá também a necessidade de seu ativismo”, já que “opressão e resistência permanecem intrinsecamente ligadas, de tal maneira que a forma de uma afeta a da outra” (Collins, 2019, pp. 434-435).

A produção de um diagnóstico sobre como determinadas injustiças podem desencadear lutas em prol da justiça requer uma investigação bastante complexa. Collins se refere à necessidade de que a teoria social crítica “mude o foco” de sua investigação e aprenda com as contribuições do próprio pensamento feminista negro, com suas experiências, conhecimentos e ações. Ao resgatar o pensamento feminista negro, portanto, a abordagem de Collins visa promover a conscientização e a ação contra as opressões interconectadas, em vez de enfraquecer a capacidade de resistência das mulheres negras. Trata-se de um

projeto teórico e prático de grandes proporções, cujo propósito consiste em eliminar as injustiças sociais, afinal, não é possível compreender a força das mulheres negras na luta pela justiça social sem que desenvolvamos outra perspectiva a respeito da agência, dos potenciais de resistência, do ativismo e de atitudes críticas das mulheres negras, ampliando sensivelmente nossa concepção sobre a vida política; algo que passa pela análise da cultura, das relações de intimidade, familiares e de amizade, da arte e da religião, além de organizações políticas e instituições. Como afirma Collins,

mudar o foco de análise para investigar como a matriz de dominação se estrutura em torno de eixos específicos – raça, gênero, classe, sexualidade e nação – e como ela opera em domínios de poder interconectados – estrutural, interpessoal, disciplinar e hegemônico – revela que a relação dialética que conecta opressão e ativismo é muito mais complexa do que sugerem modelos simples de opressores e oprimidos [...] Do mesmo modo que a opressão é complexa, a resistência que visa promover o empoderamento expressa uma complexidade semelhante (Collins, 2019, p. 454).

A realização desse projeto, todavia, não é simples. Boa parte daquilo que foi escrito ou feito por mulheres negras estadunidenses foi apagado da história oficial. Além disso, segundo Collins, as práticas de resistência das mulheres negras costumam ocorrer em espaços protegidos e não públicos. Isso faz com que o próprio projeto de resgatar e reconstruir o pensamento feminista negro nos Estados Unidos exija a adoção de um olhar particular. Collins

terá de identificar pequenas práticas de resistência implícitas em ações e relatos de mulheres negras, terá de olhar para as relações interpessoais nas comunidades, associações, igrejas e famílias negras, bem como analisar a produção cultural feita por mulheres negras.

Cabe notar que Collins privilegia o ponto de vista das resistências produzidas “de baixo para cima”⁷, seja no interior de instituições e associações da sociedade civil, seja em esferas comunitárias e familiares. Cabe notar também que ela conceitua o ativismo em duas dimensões: a primeira é a da “luta pela sobrevivência do grupo” (que consiste em ações capazes de criar esferas de influência no interior das estruturas e relações sociais existentes); a segunda é a “luta pela transformação institucional” (que busca mudar políticas e procedimentos discriminatórios na dimensão do poder estrutural e institucional). Nos dois casos, Collins considera atitudes e ações tanto de grupos organizados quanto de pessoas que agem individualmente. No que diz respeito às atitudes individuais de resistência, Collins ressalta a ironia nos comentários, a postura altiva no cotidiano, as relações e os conselhos aos filhos, os pequenos gestos de mulheres negras que explicitam a compreensão profunda que elas possuem sobre a forma

interseccional de opressão que experienciam; isso mesmo quando não a desafiam abertamente, pois sabem o custo que tal atitude lhes traria. No que diz respeito às práticas coletivas de resistência, são incluídas aqui tanto as redes mais amplas de parentesco e as diferentes formas de maternidade como as relações e associações comunitárias e as igrejas.

Para Collins, seja agindo individual, coletivamente, ou voltadas para a sobrevivência do grupo ou para a transformação institucional, o fundamental nesse processo de empoderamento e reapropriação da autonomia é que mulheres negras encontrem espaços sociais que propiciem margens de ação para estratégias de resistência. É tendo isso em vista que ela volta seu olhar para o que chama de “espaços seguros”, isto é, os espaços em que mulheres negras se consideram protegidas, “falam livremente” e “constroem autodefinições independentes”, mas sempre a partir de dentro da dialética de opressão e ativismo. Em suas análises, a autora sublinha o caráter dialógico desses espaços seguros, onde as mulheres negras se sentem à vontade para compartilhar suas experiências individuais entre si e articular, coletivamente, uma autodefinição positiva, que lhes propicia força, bem como um conhecimento comum sobre sua própria si-

⁷ Esse ponto de vista fica explicitado na conferência proferida por Collins na Unifesp, e que abre esta seção especial sobre a autora na Ciências Sociais em Revista. Nesta conferência, a resistência à violência, tratada a partir de práticas culturais urbanas negras (como música, dança, na poesia), é denominada “resistência de baixo para cima”, ou “a partir de baixo”.

tuação. O poder de autodefinição consiste na “busca de uma voz própria para expressar um ponto de vista coletivo e autodefinido das mulheres negras” (Collins, 2019, p. 183). O corpo de saberes que perfaz o pensamento feminista negro é construído nesses espaços seguros⁸.

Ora, também a perspectiva interseccional nos ajuda a pensar as formas que o ativismo do feminismo negro pode assumir. Além da possibilidade de diagnosticar sistemas interseccionais de opressão, a interseccionalidade pode ainda ampliar nossa compreensão da política de empoderamento e da agência das mulheres negras, porque, na relação dialética tratada, “o poder e as estratégias de resistência são sempre múltiplos e estão em constante mutação” (Collins, 2019, p. 436). Daí a importância de lidar com a complexidade das formas de opressão em termos interseccionais, já que isso significa identificar os âmbitos múltiplos de manifestação do poder para, deste modo, orientar adequadamente as estratégias práticas de resistência. Conforme nos alerta Collins, “se o poder como dominação se organiza e opera por meio de opressões interseccionais, então a resistência deve demonstrar uma complexidade comparável” (2019, p. 331). Dependendo da natureza da injustiça in-

fligida, por exemplo, estratégias voltadas especificamente à questão racial que desconsiderem opressões interligadas de classe, gênero, sexualidade, idade, etnia etc. podem se mostrar inefetivas na luta em prol da justiça social.

Nesse ponto reside um elemento fundamental no contexto de nossa discussão. Collins pressupõe, baseando-se no saber e no modo de ação do feminismo negro, que o poder, por mais estruturante e violento que seja, não leva à completa anulação da agência das mulheres negras. A matriz de dominação não significa a onipresença de um poder que não encontra na sociedade resquício algum de resistência. Essa é a posição que a autora atribui à teoria do poder de Michel Foucault e a certas abordagens pós-estruturalistas⁹. Em sentido contrário, para Collins, “a matriz de dominação e seus domínios inter-relacionados de poder são sensíveis à agência humana” (Collins, 2019, p. 456). A perspectiva teórica da dialética de opressão e resistência reequilibra, portanto, de maneira complexa, a relação entre autonomia e dominação, algo que traz uma importante contribuição para o debate dessa questão no quadro da teoria crítica contemporânea¹⁰.

De que maneira, então, são gestadas resistências e estratégias de ação

⁸ Vale salientar o destaque dado por Collins à dimensão da arte enquanto espaços seguros onde mulheres negras podem buscar sua voz, como nos casos da música (com o blues americano) ou da literatura. Em relação à tradição do blues, ela afirma que “o blues ocupou um lugar especial na música das mulheres negras como espaço de expressão de autodefinição” (Collins, 2019, pp. 193-194).

⁹ Para as críticas a Foucault e ao pós-estruturalismo, cf. Collins (2022).

do interior de cada um dos domínios do poder? Vimos que a dimensão mais abrangente do poder consiste no domínio estrutural, que diz respeito a instituições sociais como o sistema jurídico, o mercado de trabalho, as instituições de ensino, a imprensa entre outros. As lutas por justiça social têm de se direcionar a tais instituições, combatê-las, porém, é algo difícil e que exige muita mobilização social. Como reforça Collins, “as formas de injustiça que permeiam toda a sociedade resistem às mudanças”. Por esse motivo, elas não costumam ser conquistadas apenas por meio de um reformismo gradual, mas “mudam somente, e em parte, quando desafiadas por amplos movimentos sociais, guerras e revoluções que ameaçam a ordem social em geral” (Collins, 2019, p. 439). Collins se refere, aqui, às formas radicais de ativismo que mobilizam a esfera pública política para denunciar as opressões resultantes das instituições, pressionando por uma completa transformação de sua organização e de seus modos de operar. Embora, para ela, protestos sociais de grande magnitude sejam raros, eles podem ser observados desde amplas revoluções civis contra organizações coloniais até as ações diretas de desobediência civil direcionadas a determinadas instituições (mas que orien-

tam sua crítica ao caráter estrutural das opressões sexuais). Apesar de reiterar a importância da pressão por transformações radicais, Collins também reconhece a importância das reformas sociais para alterar políticas e processos no domínio estrutural por meio do sistema jurídico. Ela se refere, ainda, a lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos (que denunciaram o racismo, que perpassava uma extensa gama de instituições norte-americanas); a pautas do feminismo negro direcionadas à questão da reprodução social ou às desigualdades identificadas na paridade salarial; as lutas pelo acesso à educação ou à assistência médica. Em todos os casos, o que temos são lutas radicais que buscam alterar o domínio estrutural do poder das sociedades.

Essas formas de luta, em que parcela da sociedade se revolta e pressiona por mudanças nas instituições econômicas, jurídico-políticas, educacionais, são consideradas por Collins como resistências produzidas “a partir de fora” dessas próprias instituições. São mobilizações sociais públicas que combatem publicamente (mediante diversas formas de ação direta e processos de influência da formação da opinião pública, mediante medias de massa, por exemplo) o caráter injusto das instituições sociais e demandam sua

¹⁰ Essa perspectiva dialética de Collins poderia contribuir para discussões que a teoria crítica e a teoria feminista têm feito sobre o primado da autonomia ou da dominação. Cf. Benhabib, Butler, Cornell e Fraser (2018). Para a reconstrução do debate, seus pressupostos, desdobramentos e tentativa de solução da aporia autonomia versus dominação, cf. Allen (2008).

completa transformação. No entanto, a resistência contra o domínio estrutural do poder também conta com estratégias de luta que precisam ocorrer “a partir de dentro” dessas próprias instituições consideradas. Como nota Collins,

historicamente, grande parte da resistência das mulheres negras às políticas e aos processos no domínio estrutural do poder ocorreu fora de instituições sociais detentoras do poder. Hoje, no entanto, as afro-americanas são mais frequentemente incluídas nessas instituições sociais que por muito tempo nos excluíam (Collins, 2019, p. 442).

Essa inclusão, reconhece Collins, amplia as possibilidades de resistência a opressões interseccionais. Mulheres afro-americanas, por exemplo, têm conquistado progressivamente posições representativas de autoridade “dentro” do sistema político (incluindo os âmbitos executivo, legislativo e judiciário), dentro de escolas e universidades, dentro de empresas. Isso permite que mulheres negras que ocupam posições de autoridade em instituições sociais importantes reivindiquem internamente políticas de inclusão e de paridade.

A resistência desde dentro das instituições se interliga com o domínio disciplinar, principalmente porque, neste âmbito, a burocracia exerce uma função central para o poder. O desafio que se coloca aqui é, então, o de pensar em que medida é possível alterar os fins de controle e vigilância que parecem estar inscritos na própria lógica burocrático-administrativa. Assim, pensar em que medida é possível que meios burocráticos tão aparentemente neutros de

poder sejam empregados para fins emancipatórios. Nesse caso, afirma Collins, “a estratégia geral é resistir de dentro das burocracias. Ironicamente, assim como as organizações podem manter as mulheres negras sob vigilância, as mulheres negras podem vigiar essas organizações” (Collins, 2019, p. 444). Isso ocorre à medida que as próprias mulheres negras passam a atuar no interior dessas instituições e, assumindo propósitos práticos diferentes, veem a oportunidade de resistir às injustiças promovendo mudanças burocráticas. Elas percebem que podem fazer uso da própria burocracia para prosseguir suas estratégias internas de resistência.

Como reforça Collins, essa “resistência desde dentro busca a ocupação de posições de autoridade nas instituições sociais para assegurar que as normas vigentes sejam administradas de forma justa e, se necessário, que políticas sejam mudadas” (2019, p. 444). Ao procurar empregar meios burocráticos para que a administração se aproxime de políticas básicas de justiça, as mulheres negras “encontram formas inovadoras de lidar com o sistema para que ele se torne mais justo” (p. 445).

O empoderamento de mulheres negras no âmbito da cultura também é central na discussão sobre práticas e estratégias de resistência. Para Collins, se, por um lado, a forma de dominação vinculada à cultura e a ideologia se ancora em ideias, representações e imagens hegemônicas que circulam publicamente de modo difuso, por outro lado, ela também gera práticas de oposição e resistência em di-

versas frentes. Como vimos na primeira seção deste artigo, o domínio hegemônico manipula ideias, imagens, símbolos e representações para reproduzir o lugar naturalizado (ou mesmo o “não lugar”) de mulheres negras na sociedade. Por outro lado, ainda que com enorme grau de complexidade, também é possível se defender das ideias hegemônicas presentes na cultura hegemônica e “desenvolver um conhecimento contra-hegemônico que promova a transformação da consciência” (Collins, 2019, p. 449). O que está em jogo nessa forma específica de dominação e resistência é a própria forma de subjetivação das mulheres negras e, com elas, a possibilidade da agência.

A finalidade do domínio hegemônico é produzir o desempoderamento das mulheres negras. Ao disseminar imagens de controle negativas que as naturalizam de maneira injusta e subordinada, porém, essa forma de poder não apenas cria estereótipos e imagens de controle sobre as mulheres negras. Ela impacta a própria formação da consciência das mulheres negras. Ao introjetar as ideologias dominantes, que as aprisionam em imagens de controle sexistas e racistas, as mulheres negras se submetem a essa matriz de dominação desde dentro, ou seja, em seu próprio processo de subjetivação. A absorção dessas ideias e imagens tem consequências para as agências dessas mulheres e pode levar ao enfraquecimento das resistências. Tal absorção, porém, não é integral, pelo contrário: existem lutas contra-hegemônicas, isto é, lutas para substituir imagens de controle

pela autodefinição.

Trata-se de uma disputa importante, afinal, o domínio hegemônico é “uma esfera decisiva não apenas para se defender das ideias hegemônicas presentes na cultura dominante, mas também para desenvolver um conhecimento contra-hegemônico que promova a transformação da consciência”(Collins, 2019, pp. 449-450). Portanto, o poder de autodefinição, que permite que mulheres negras tenham voz própria para denunciar as ideologias racistas e sexistas e criem um conhecimento autodefinido, constitui um elemento fundamental da resistência. Na verdade, todo o conhecimento produzido pelo pensamento feminista negro se dirige criticamente contra as imagens de controle e contra os efeitos da hegemonia na propagação da cultura dominante.

Apesar disso, o sucesso da contra-hegemonia depende também do seu poder de difusão na formação pública da opinião. É por essa razão que mulheres negras disputam seus lugares como difusoras de uma opinião crítica alternativa que seja apropriada às suas experiências e à sua agência, ou seja, à sua capacidade de autodeterminação e autodefinição. O poder de se definir implica propor representações e imagens autodefinidas na cultura pública (em todas as dimensões dos meios de comunicação, por exemplo), criticar as ideologias dominantes responsáveis pelas injustiças sociais e contrapor aos estereótipos destrutivos e desrespeitosos a autoafirmação positiva de suas experiências, modos de vida e identidade.

Resta-nos, por fim, considerar aquele domínio em que opressões interseccionais muitas vezes “passam despercebidas”. Como vimos, isso acontece porque o domínio interpessoal do poder se instaura em práticas de sociabilidade cotidianas, fazendo com que a convivialidade rotineira acabe encobrindo os aspectos opressivos da experiência. Para se falar de resistências nesse domínio, conta-se aqui atitudes, muitas vezes tomadas mais por indivíduos do que por grupos, que tensionam e questionam a normalidade aparente de práticas opressivas. Trata-se de uma estratégia de confrontação, nem sempre aberta e explícita, cuja arena são as experiências habituais da vida cotidiana. “Como o domínio interpessoal enfatiza o cotidiano, as estratégias de resistência próprias desse domínio podem variar de uma pessoa para outra”, e, na maioria das vezes, implicam “transformar sua maneira de viver a vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 453).

Podem existir, portanto, “maneiras discretas, mas criativas, de como as pessoas comuns se esforçam para mudar o mundo ao redor delas” (Collins, 2019, p. 454). Comportamentos interpessoais preconceituosos também não têm espaços sociais específicos para se reproduzir: ocorrem em lugares que são familiares e em ambientes novos, na esfera privada e na esfera pública, com pessoas conhecidas e desconhecidas. Deste modo, as estratégias de resistência precisam variar dependendo das situações, dos afetos e até de quais são os laços de confiança que

estão em jogo. Assim como ocorre nos demais domínios da matriz de dominação, as formas interpessoais de opressão que afetam as mulheres negras geram formas específicas de resistência.

Como procuramos mostrar até aqui, as diferentes formas de opressão experienciadas por mulheres negras desencadearam práticas diversas de resistência. O pensamento feminista negro, por meio do qual mulheres negras procuram compreender sua própria posição social e situação de opressão no interior da sociedade já aponta para isso. Trata-se de uma produção de conhecimento que vem acompanhada de um propósito prático: o de entender os obstáculos que precisam ser superados em prol da justiça social.

Ao reconstruir o pensamento feminista negro enquanto teoria social crítica, Patricia Hill Collins nos apresenta a uma compreensão multifacetada e complexa de dominação contida na perspectiva das mulheres negras. Nesse sentido, ela não só nos apresenta a uma compreensão “mais holística implícita no pensamento feminista negro” acerca da interação entre múltiplos sistemas de opressão, como nos mostra que os múltiplos sistemas interseccionais de opressão operam em ao menos quatro diferentes níveis de uma complexa matriz de dominação: o estrutural, o disciplinar, o hegemônico e o interpessoal.

A relação dialética entre opressão e resistência, que caracteriza o pensamento feminista negro tal como compreendido por Collins, faz com que suas contribuições extrapolem esses elementos. Com

base nessa dialética, Collins nos mostra que, “enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro como resposta ativista a essa opressão continuará sendo necessário” (Collins, 2019, p. 63). Tendo isso em vista, além de conceber a agência política de forma concreta, como uma resposta situada às experiências de dominação, Collins oferece uma compreensão nuançada sobre as diferentes práticas interseccionais de resistências das quais as mulheres negras lançam mão nos quatro

diferentes domínios de poder para se contrapor à opressão. Ao identificar a gênese das formas variadas de luta, resistência e empoderamento das mulheres negras no quadro das experiências de injustiça social, dos sistemas interseccionais de opressão e das organizações particulares dos domínios do poder, Collins enriquece e complexifica a compreensão de interseccionalidade. Além disso, ela nos mostra que o compromisso com a justiça social e a superação de todas as formas de opressão podem ser identificados nas próprias práticas situadas de resistência existentes na realidade social.



Referências Bibliográficas

- ALLEN, A. (2008). The politics of ourselves: power, autonomy, and gender in contemporary critical theory. Columbia university press.
- Benhabib, s., Butler, j., Cornell, d., & Fraser, n. (2018). Debates feministas: um intercâmbio filosófico. Unesp.
- Carastathis, a. (2016). Intersectionality: origins, constestations, horizons. University of nebraska press.
- Collins, p. H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista sociedade e estado, 31(1), 99-127. [<https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>]
- Collins, p. H. (2019). Pensamento feminista negro. Boitempo.
- Collins, p. H. (2022). Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo.
- Collins, p. H., & Bilge, s. (2021). Interseccionalidade. Boitempo.
- Foucault, m. (2014). Vigiar e punir: nascimento da prisão. Vozes.